

Comentário sobre “revisitando o triunvirato lógica/dialética/retórica”, de Ralph Johnsonⁱ

Raymie E. McKerrow

Professor da Ohio University, Estados Unidos
mckerrow@ohio.edu

Introdução

A análise de Johnson sobre o que ele chama de Visão do Triunvirato e a Distinção Tripartite que a acompanha suscita várias preocupações críticas que merecem revisão. Meu objetivo, neste comentário, é reconceitualizar a natureza de valor agregado do projeto original de Wenzel e sugerir onde pode estar sua maior utilidade. Com relação ao foco principal da argumentação de Johnson, estou inclinado a concordar com algumas das reservas levantadas. No entanto, cabem algumas qualificações ante a aceitação definitiva da posição adotada.

A análise adequadamente credita a Wenzel a elaboração de uma abordagem argumentativa que mereceu atenção de vários estudiosos. Ainda que eu não me baseasse em uma pesquisa no Google como a principal evidência de sua importância, uma vez que várias fontes não são referenciadas por esse mecanismo de pesquisa, é fato que o triunvirato teve um forte impacto nos estudos argumentativos.

ⁱ A Revista EID&A agradece vivamente a Raymie McKerrow pela autorização desta tradução do original “Commentary on Ralph H. Johnson’s ‘Revisiting the Logical/Dialectical/Rhetorical Triumvirate’” publicado em *Argument Cultures: Proceedings of OSSA*, 09, 2009.

Minha abordagem será primeiro relatar parte dessa influência em uma área não citada por Johnson. O que argumentarei é que, independentemente das falhas citadas por Johnson (supondo que sejam de fato falhas fatais), o trio lógica/dialética/retórica e sua natureza distintiva como produto, processo e procedimento têm uma forte utilidade pedagógica. O enquadramento realizado por Wenzel acerca das funções argumentativas – como espero explicar posteriormente – consiste em uma *ficção conveniente*. Por mais frágeis que sejam suas particularidades no que tange a sustentar distinções, continua sendo uma maneira altamente conveniente de delimitar o campo da argumentação para estudantes de graduação. Com esta revisão em mãos, passarei a uma revisão mais focada de alegações específicas feitas com relação ao caráter defeituoso do quadro teórico.

2. Uma justificação pedagógica

Embora não seja voltada a estudantes de graduação, quero começar com uma fonte que Johnson cita. Christopher Tindale (1999) enquadra seu texto, *Acts of Arguing* [Atos de argumentar], da mesma maneira que Johnson no que diz respeito a uma ancoragem inicial em Aristóteles e Perelman. Ele adota o mesmo quadro em seu *Rhetorical Argumentation* [Argumentação retórica], de 2004. As definições que ele fornece são um ponto de partida útil para traçar o modo como o triunvirato foi concebido:

O *lógico* enfatiza o produto das proposições reunidas em relação de premissas e conclusões [...]

O sentido *dialético* da argumentação concentra a atenção nas trocas argumentativas no âmbito de um diálogo e nos movimentos que possam estar envolvidos. Existem vários diálogos de interesse, como a querela, a negociação, o debate ou a investigação [...]

A terceira divisão é o *retórico*, que enfatiza a argumentação como um processo. Aqui é dada atenção aos meios utilizados nas comunicações argumentativas entre orador e audiência. (TINDALE, 2004, p. 4-5)

Pode-se notar o uso bastante vago de “diálogo” na consideração acima acerca da argumentação dialética, uma preocupação que – suspeito – Johnson e eu partilhamos. Voltarei à distinção diálogo / dialética em um momento posterior.

Inch e Warnick (2010, p. 35) abordam essas mesmas questões da seguinte maneira em sua introdução ao que eles chamam de “visão co-orientacional da argumentação”:

Não são três tipos diferentes de argumentação, são três maneiras diferentes de olhar a argumentação. Cada perspectiva enfatiza um conjunto diferente de funções e características da argumentação [...]

A perspectiva lógica pergunta: “A argumentação é correta?” A perspectiva dialética pergunta: “A discussão foi conduzida de modo a alcançar um exame claro e crítico de todos os aspectos do assunto em questão?” E a perspectiva retórica pergunta: “O orador construiu a argumentação para influenciar com sucesso um auditório particular?” Todas as três perspectivas são úteis e necessárias, e a relevância de qualquer perspectiva a qualquer momento depende do propósito do orador e da situação em que a argumentação é apresentada.

O que é mais significativo em sua abordagem é que a “perspectiva” é operacionalizada em termos de uma pergunta geral que enquadra a função principal de cada olhar particular. Além disso, o contexto, a finalidade e seu impacto na importância relativa de cada perspectiva são claramente abordados.

Karen e Donald Rybacki (2004, p. 7-8) também enquadram sua introdução ao desenvolvimento histórico da argumentação nos termos das distinções de Wenzel:

Podemos pensar nessas três perspectivas como [...] três diferentes modos de entender de que maneira a argumentação funciona como um instrumento de comunicação. Cada uma nos dá um foco diferente sobre a estrutura e o uso da argumentação e [...] sobre o que se entende por “boa” argumentação.

Primeiro, a *perspectiva retórica* explora como usamos a comunicação para influenciar ou mudar os outros [...].

Segundo, a *perspectiva dialética* explora as estruturas conversacionais. [...] [É] um plano de interação no qual todos os lados de uma questão ou opinião são levantados e resolvidos por meio de discussão.

Terceiro, a *perspectiva lógica* oferece uma série de regras formais para distinguir argumentações corretas de incorretas.

Observe que sua referência à lógica restringe seu campo de operação ao raciocínio formal – uma decisão que ignora o trabalho realizado pelos lógicos informais e outros pesquisadores para ampliar o domínio de maneiras

significativas. Embora eu e os outros possamos desejar que uma visão mais ampla tivesse sido adotada, eles estão seguindo uma orientação altamente tradicional em relação a essas perspectivas.

Richard Rieke, Malcolm Sillars e Tarla Rai Peterson (2009) oferecem uma abordagem ligeiramente diferente para o mesmo conjunto básico de distinções. Embora não citem Wenzel, sua referência a um trabalho anterior de Daniel O’Keefe (1977) nos lembra que a conversa sobre “processo” e “produto” antecede o trabalho de Wenzel – uma conversa com a qual ele estava familiarizado ao desenvolver o seu próprio quadro conceitual. O’Keefe (1977) sugeriu que existem dois “sentidos” de argumentação: Argumentação¹ e Argumentação². A Argumentação¹ é percebida como o produto da argumentação – uma alegação mais uma razão – que constitui um “ato comunicativo” específico (O’KEEFE, 1977, p. 121). A Argumentação² é a visão de argumentação orientada ao processo, o que Rieke, Sillars e Peterson (2009, p. 9) referenciam como “argumentação” ou o envolvimento das pessoas em argumentar. Seguindo o modelo da dialética relacional de Montgomery e Baxter (1998), Rieke, Sillars e Peterson (2009, p. 13-17) passam a distinguir uma faceta interna do diálogo, denominada “pensamento crítico”, de uma faceta externa, nomeada “dialética”.

O exposto acima deve ser suficiente para observar que a ideia por trás da tentativa de Wenzel de coordenar a relação entre lógica, dialética e retórica é produtiva nos livros de argumentação contemporâneos voltados a estudantes de graduação. Eles compartilham, com Tindale, o que pode ser chamado de pinceladas amplas dos três domínios como um meio de indicar sua relevância para o estudo da argumentação. Tendo usado esses textos no ensino da argumentação, também posso atestar a utilidade em delimitar, em um nível amplo, as respectivas orientações de cada uma das perspectivas, uma vez que elas impactam o que será considerado na construção e na avaliação da argumentação, conforme a evolução do curso. É por essa razão que emprego o sintagma “ficção conveniente”. Por mais ficcionais que sejam as distinções reais quando submetidas a um exame minucioso – elas resistem a um exame crítico? –, elas são um prego conveniente para pendurar a diferenciação entre os quadros conceituais.

3. Uma perspectiva sobre as perspectivas

O termo *perspectiva* requer uma definição? Embora não seja claramente definido por Wenzel, pode-se também perguntar: ele é, então, impreciso? O que há de especial no termo que o faz não ser entendido em termos de seu uso comum nos contextos cotidianos? Uma rápida leitura de seus múltiplos usos sugere que o termo é muito mais complexo do que um simples sintagma cobriria, tal como “um ponto de vista”. Embora sua etimologia sugira um foco na visão – “olhar através” ou “ver claramente” (Miriam-Webster Online) –, outras funções abundam:

O estado de existir no espaço diante dos olhos
O estado das ideias de alguém, os fatos conhecidos por alguém, etc., em termos de uma inter-relação significativa
De ou pertencente à arte da perspectiva, ou representado de acordo com suas leis
Uma vista ou panorama
Uma disposição ou visão mental
A relação dos aspectos de um assunto entre si e com um todo
Avaliação subjetiva de significância relativa; um ponto de vista. (Dictionary.com)

Dadas as múltiplas maneiras pelas quais o termo pode ser usado no discurso cotidiano, talvez não seja de admirar que a questão seja levantada. No entanto, dado o exposto, podemos estipular uma “perspectiva” do termo como uma “orientação para um objeto de investigação”. Diferentemente do “método”, que pressupõe um padrão específico de ações ou comportamentos em relação a um objeto ou evento, uma orientação é uma maneira de estar em relação a esse objeto ou evento. É uma posicionalidade ou posição que pode ser expressa em termos de “ponto de partida”. “De onde eu estou [...]” é uma maneira de sugerir o que o termo representa. De fato, Wenzel (1990, p. 11) oferece sua própria “definição”, quando depreende a explicação de Brockriede como “uma estratégia de ênfase”, dizendo:

[Perspectiva] significa focar um objeto ou fenômeno de um ponto de vista de cada vez, de forma a destacar alguma característica no primeiro plano de nosso entendimento, enquanto permite que outras características retrocedam ao segundo plano. Perspectivar nos permite mudar nosso ponto de vista conforme nossos propósitos e interesses o exijam.

Nesse contexto, é mais fácil ver como a relevância de qualquer uma das três variáveis – lógica/dialética/retórica – pode ser diferente. Todas são de

igual importância em nível geral. Isso nos leva à segunda preocupação que Johnson levanta: o que se entende por “igual?”

Se aceitarmos a formulação, emprestada de Aristóteles, de que não deliberamos sobre coisas que são evidentes por si mesmas, podemos encontrar uma resposta. Suspeito que o motivo pelo qual Wenzel não forneça um argumento que apoie a sugestão “de que essas três perspectivas são de igual importância” (JOHNSON, 2009, p. 9) seja justamente porque isso é tomado como um pressuposto aceito. Wenzel estava escrevendo em um momento em que a discussão sobre o papel da lógica – como ilustração específica – nos estudos retóricos de modo geral, bem como na teoria da argumentação (tal como discutida nos departamentos de comunicação) especificamente, estava passando por uma transformação. Isso se deveu em grande parte ao trabalho de Ehninger e Brockriede ao trazer o trabalho de Toulmin para o campo de estudo. Meu próprio trabalho, ao ver a argumentação como “justificação pragmática” (McKERRROW, 1990), também teve como premissa essa transformação. Assim, Wenzel estava totalmente familiarizado, como atestam as várias referências no trabalho que estamos analisando, com os problemas envolvidos.

A frase-chave na citação acima, em referência a essa questão, sugere que “mud[emos] nosso ponto de vista conforme nossos propósitos e interesses o exijam” (WENZEL, 1990, p. 11). O que isso significa é que simplesmente nenhuma perspectiva é privilegiada como inerentemente mais importante do que qualquer outra quando aplicada ao longo de todas as instâncias do discurso argumentativo. O que determina a necessidade relativa de qualquer uma das três perspectivas é o fim em vista: por que estamos examinando a argumentação? Qual é o nosso objetivo? Dependendo da resposta a essa pergunta, temos três orientações gerais, não específicas de um ponto de vista disciplinar, para nos guiar. Em qualquer aplicação particular, a necessidade de examinar o artefato a partir das três perspectivas dependerá do contexto e da nossa ânsia de saber (embora seja aconselhável fazê-lo em alguns casos). Logo, é discutível se essa resposta é equivalente à de Johnson (2009, p. 7): “o mais geral e o mais vago dos sentidos”. Penso que não, mas consigo entender as razões pelas quais alguém pode fazer essa afirmação.

Talvez este seja um momento oportuno para examinar essa afirmação no contexto que Johnson a oferece: ele observa que há pouca razão para recomendar “perspectiva” como um termo que denota algo muito substantivo, pois não existe algo como “a perspectiva retórica”, muito menos uma perspectiva “lógica” ou “dialética”. Eu entendo o que está sendo levantado, à medida que Johnson passa a detalhar as inúmeras maneiras pelas quais cada um desses termos pode ser empregado com relação à sua à complexa variedade de ênfases particulares abrigada por cada um. Podemos, por exemplo, discutir crítica cultural ou textual como duas abordagens relativamente distintas dentro do modo de análise ‘retórico’. É bem verdade que cada um dos termos admite múltiplos significados/usos, zombando, talvez, de qualquer tentativa de generalizar amplamente a função central de cada um. Uma possível resposta para Johnson, que reivindica a natureza de valor agregado do apelo a esses três termos, é focar em respostas a perguntas encabeçadas por ‘o quê?’ ou por ‘por quê?’ em detrimento daquelas que se concentram em ‘como?’ Para concretizar isso, eu quero reafirmar as próprias definições elaboradas por Wenzel (1990):

A perspectiva retórica dirige nossa atenção para a ocorrência de argumentação entre pessoas como um processo natural de comunicação (p. 15)

[A] perspectiva dialética invoca um teor procedimental ou metodológico à argumentação (p. 16)

[As] preocupações especiais da perspectiva lógica são com as técnicas para representar uma argumentação de uma forma passível de crítica e com critérios para avaliação (p. 17)

O que quero dizer é que cada uma dessas orientações responde inicialmente a uma pergunta: o que estamos interessados em saber ou por que estamos pedindo mais informações sobre uma instância específica de discurso? Depois de determinarmos a resposta a essa pergunta, podemos focar em qual orientação específica é mais capaz de responder à pergunta. Com essa segunda resposta em mãos, podemos detalhar, dentre o conjunto de opções ou possibilidades a escolher, aquela que atende mais claramente aos nossos objetivos. No que tange à lógica, pode ser uma avaliação formal da validade, uma análise do *layout* da argumentação (Toulmin está implicado aqui) ou uma abordagem mais “lógico-informal”. A caixa de ferramentas

críticas possui várias ferramentas, e cada uma pode responder a uma subpergunta diferente em relação ao nosso objetivo específico. Dizer isso NÃO é dizer que a pergunta inicial é “vaga” ou relativamente irrelevante devido à sua própria falta de especificidade. Pode ser questionável se as afirmações acima capturam adequadamente a capacidade de aprofundar qualquer orientação. Eu apostaria, ao defender as observações reconhecidamente gerais de Wenzel, que cada uma é uma representação razoável de um “ponto de partida” plausível para análises mais precisas. De fato, na perspectiva da “lógica” mencionada acima, Wenzel abarca abordagens formais, informais e toulminianas sem privilegiar nenhuma delas como abordagem última ou superior.

Uma palavra sobre “processo-procedimento-produto” pode ser útil aqui. Johnson (2009) observa, corretamente, que, quando se examinam as implicações de qualquer um dos triúmvros, o pesquisador acaba enredado no âmbito dos outros. Como ele observa, o processo é invocado quando se procede a um exame dialético, de modo a determinar o que o formato do produto. Ao procedermos a uma investigação retórica, também se examina como se fala e o que se acaba dizendo. No entanto, não acho que Wenzel discordaria disso, mas poderia argumentar que, ao mesmo tempo, os ‘paralelos’ gerais ainda estão no lugar no que diz respeito ao processo inicial de pensamento que se invoca ao passar de uma orientação para outra.

O ponto que considero mais forte na argumentação de Johnson se encontra na discussão de um termo muito difamado: dialética. Não estou afirmando, por exemplo, que a asserção de que a dialética tenha se tornado o tema dominante nos estudos da argumentação conceda a ela, de alguma forma, um *status* privilegiado para todo o sempre. O que conta como importante nas idas e vindas acadêmicas ao longo do tempo é que, um dia, o raciocínio formal atraiu a atenção dos escritos sobre argumentação nos departamentos de estudos da comunicação. O que estou sugerindo é que o fato de uma perspectiva ser tomada como “básica” por qualquer teórico, ou em alguma época, não invalida, por si só, a alegação geral apresentada por Wenzel (1990).

Como parte de sua análise da dialética, Johnson (2009) observa brevemente a confluência desse termo com “diálogo”. Embora essa não seja a

ocasião para uma discussão prolongada, eu tendo a concordar com a posição adotada. E, como suporte adicional, vale considerar o comentário de Bakhtin (1986, p. 181):

[67] Diálogo e dialética. Tome um diálogo e remova as vozes [...] remova as entonações [...] esculpa conceitos e julgamentos abstratos a partir de palavras e respostas vivas, coloque tudo em uma consciência abstrata – e é assim que você obtém a dialética. (elipses no original)

É lamentável que tenhamos sido tão “desleixados” com relação à definição – e o próprio resumo de Johnson sobre os muitos usos da dialética é um exemplo disso. Como outro exemplo, o sentido de “dialética relacional” de Montgomery e Baxter (1998), ancorado em Bakhtin, pode ser visto como a continuação de um padrão de confluência de orientações distinguíveis em relação à interação comunicativa.

3. Conclusão

Levando essa resposta a um fechamento, quero voltar ao sentido de “ficção conveniente” observado anteriormente. Na medida em que se adota a posição de Johnson (2009) sobre o Triunvirato, um uso pedagógico dos conceitos permanece valioso. Ao adotar essa expressão, aceitam-se as dificuldades envolvidas na aplicação precisa dos conceitos, enquanto ainda se observa o caráter distintivo amplo de cada um como um ponto de vista.

O que tentei fazer, ao lidar com as críticas mais específicas, é sugerir de que maneira se pode pensar sobre o abrangente objetivo de Wenzel (1990) de propor o triunvirato. Nesse nível de análise, a pergunta inicial – o que eu quero saber? – orienta a pessoa em direção a uma (ou mais de uma) perspectiva na busca de uma resposta. É simplesmente um mecanismo para desenvolver a ideia de que cada perspectiva tem uma contribuição. Não é uma alegação de que, tendo esgotado as possibilidades analíticas de cada uma, o campo tenha se esgotado. É uma alegação de que, ao fazê-lo, pelo menos alguém recobriu algumas questões críticas com respeito à justificabilidade de uma alegação em termos da atenção do outro.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. Extracts from “Notes” (1970-1971). In: MORSON, Gary Saul (Ed.), **Bakhtin: Essays and Dialogues on His Work**. Chicago: University of Chicago Press, 1986.

Dictionary.com. <http://dictionary.reference.com/browse/perspective>. Acesso em: 15.mai 2009.

INCH, Edward S.; WARNICK, Barbara. **Critical Thinking and Communication: The use of reason in argument**. Boston: Allyn & Bacon, 2010.

JOHNSON, Ralph H. Revisiting the Logical/Dialectical/Rhetorical Triumvirate. In: RITOLA, Juho (Ed.). **Argument Cultures: Proceedings of OSSA 09**. Windsor: OSSA, 2009. p. 1-13.

McKERROW, Raymie E. The centrality of justification: Principles of warranted assertability. In: WILLIAMS, David; HAZEN, Michael D. (Eds.). **Argumentation Theory and the Rhetoric of Assent**. University: University of Alabama Press, 1990. p. 17-32.

Miriam Webster Online. <http://jaguar.eb.com/dictionary/perspective>. Acesso em: 15.mai 2009.

MONTGOMERY, Barbara M.; BAXTER, Leslie A. **Dialectical approaches to studying personal relationships**. Mahwah: LEA, 1998.

O’KEEFE, Daniel J. Two concepts of argument. **Journal of the American Forensic Association**, n. 13, p. 121-128, 1977.

RIEKE, Richard D.; SILLARS, Malcolm O.; PETERSON, Tarta R. **Argumentation and Critical Decision Making**. Boston: Allyn & Bacon, 2009.

RYBACKI, Karyn Charles; RYBACKI, Donald Jay. **Advocacy and Opposition: An introduction to argumentation**. Boston: Allyn & Bacon, 2004.

TINDALE, Christopher. **Acts of Arguing: A Rhetorical Model of Argument**. Albany: State University of New York Press, 1999.

TINDALE, Christopher. **Rhetorical Argumentation**. Thousand Oaks: Sage, 2004.

WENZEL, Joseph. Three Perspectives on Argument. In: TRAPP, Robert; SCHUETZ, Janice (Eds.). **Perspectives on Argumentation: Essays in Honour of Wayne Brockriede**. Prospect Heights: Waveland Press, 1990. p. 9-16.

Tradução

Eduardo Lopes Piris

Docente da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo

Docente da Universidade de São Paulo (USP)

Forma de citação sugerida

MCKERROW, Raymie E. Comentário sobre “revisitando o triunvirato lógica/dialética/retórica”, de Ralph Johnson. Tradução: Eduardo Lopes Piris e Paulo Roberto Gonçalves-Segundo. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 20, v. 1, p. 274-284, 2020. DOI 10.17648/eidea-20-v1-2709.